

# RRCGG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

Consolidação de Contas

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2  
0  
1  
4



## Índice

I.	Introdução .....	1
II.	Perímetro de Consolidação.....	3
III.	Método da Consolidação .....	5
IV.	Balanço Consolidado .....	6
V.	Demonstração de Resultados consolidado.....	8
VI.	Análise Patrimonial .....	9
a.	Análise do Balanço .....	9
b.	Análise da Demonstração de Resultados .....	10
c.	Dívida do Grupo Municipal .....	11
d.	Indicadores de natureza patrimonial.....	12
e.	Eventos subsequentes à data do balanço .....	14
II.	Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado .....	15
III.	Anexos às Demonstrações Financeiras.....	16

## I. INTRODUÇÃO

Portugal tem assistido, nos últimos anos, a uma alteração de paradigma ao nível da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios. Oeiras não foi exceção, que numa lógica de grupo autárquico, têm vindo a recorrer a diversas formas organizacionais, nomeadamente de natureza empresarial.

Considerando esta nova realidade, é facilmente perceptível que a análise das contas individual, não será devidamente ilustrativa da situação financeira do grupo autárquico. Assim, é manifesta a necessidade de efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas no Município, objetivando a transparência e o rigor de informação.

A consolidação de contas torna-se então premente, tendo como objetivo elaborar as demonstrações financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

Nesta senda, a anterior Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, estabelecendo o n.º1 do art.º 46.º que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.”

Na ausência de procedimentos contabilísticos, para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, no normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adotou-se as normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios

de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

O novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (NLFL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas, designadamente ao nível da abrangência de aplicabilidade.

As demonstrações financeiras consolidadas devem, desta feita, ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o estabelecido no art.º 75.º da NLFL, pela Câmara Municipal e de acordo com o instituído no n.º 2 do art.º 76.º, submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele que respeitam.

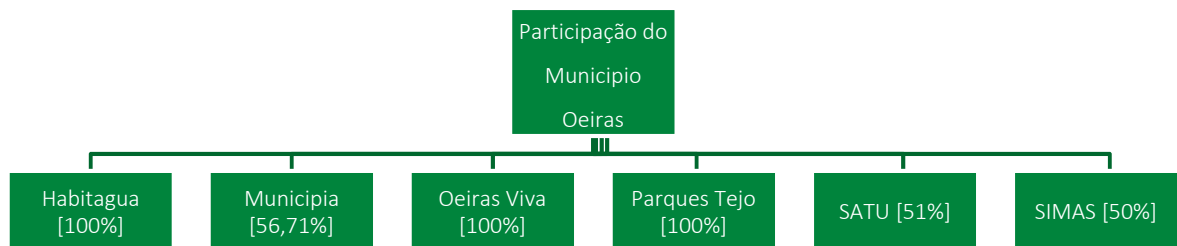
## II. PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Neste sentido, o grupo autárquico engloba o Município de Oeiras e as entidades por ele controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Como tal, foram consideradas no Perímetro de Consolidação do Município de Oeiras, a Habitágua, Lda.; a Municípa, EM, SA; a Oeiras Viva, EMM; a Parques Tejo, EMM e a SATU – Oeiras, EM, SA., em que existe uma participação social/estatutária superior a 50%, e o SIMAS, E.I.M. na proporção do controlo exercido.

- **A Habitágua, Serviços Domiciliários e Técnicos Especializados, Lda.**, é uma sociedade por quotas constituída em 1994, e tem com atividade principal a prestação de serviços na área dos sistemas de distribuição e das instalações de água, nomeadamente através da manutenção, reparação, alteração e/ou substituição de canalizações, instalação de equipamentos ou utensílios e na área da manutenção de edifícios municipais escolares e de habitação social, compreendendo a intervenção em instalações, coberturas e revestimentos interiores e exteriores de edifícios e infraestruturas, podendo ainda alargar-se a outras áreas afins ou conexas das principais.
- **A Municípa, Sociedade Anónima**, nasceu em 1999, tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de Informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LiDAR e na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade.
- **A Oeiras Viva, EMM**, foi constituída em 2001, e o seu objeto Social é a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património da CMO ou aqueles que a qualquer título estejam confiados ao município para desenvolvimento daquelas atividades, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços, bem como a prestação de serviços de apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas, no domínio da promoção de atividades socioculturais e desportivas.

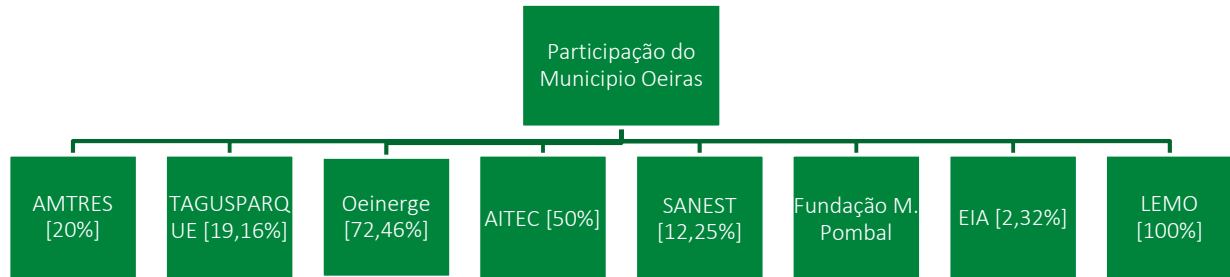
- **A Parques Tejo, EEM**, iniciou a sua atividade em 1999, e tem como objetivo dotar o Concelho de Oeiras com zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento, munidos de equipamentos com uma qualidade de excelência e geridos de acordo com as melhores praticas e com uma criteriosa aplicação dos recursos disponíveis.
- **A SATU – Oeiras, Sistema Automático de Transportes Urbanos, EM, SA.**, tem por principal objetivo o exercício de atividades relativas ao estudo, à conceção de projetos, ao desenvolvimento, à construção e instalação de um sistema automático de transporte urbano no concelho de Oeiras, e à implementação, gestão e exploração desse sistema.
- **O SIMAS, Serviços Intermunicipalizados de Agua e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM**, que viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.



*Ad contrarium*, e uma vez que o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 se refere às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 50%.

Foram no entanto desconsideradas do perímetro da consolidação as empresas, LEMO - Laboratório de Ensaios de Materias de Obras, EIM e a Oeingerge - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, uma vez que se encontram em processo de dissolução com liquidação.

Neste sentido, não incluem o perímetro de consolidação as seguintes entidades:



### III. MÉTODO DA CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do Município de Oeiras foi, por um lado, o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos despectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas, o qual se aplica aos casos da Habitágua, Lda.; da Municípa, EM, SA; da Oeiras Viva, EMM; da Parques Tejo, EMM e da SATU – Oeiras, EM, SA., em que existe uma participação superior a 50%, não obstante serão tidos em consideração os interesses minoritários<sup>1</sup>, das entidades que o Município não detenha a 100%, e o método de consolidação proporcional no caso do SIMAS, o qual consistirá em adicionar o equivalente da percentagem detida ao balancete inicial, sendo as anulações das operações internas, também só feitas nesta proporção, isto é, 50%.

<sup>1</sup> INTERESSE MINORITÁRIO – A Diretriz Contabilística n.º 1/91 – define em 3.2.8 os interesses minoritários como a parte dos resultados e dos capitais próprios de uma subsidiária que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.



## IV. BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas POICAL	ATIVO	2014			2013
		AB	AP	AL	
<b>Imobilizado:</b>					
<b>Bens e recursos naturais</b>					
451	Terrenos e recursos naturais	3.849.954	0	3.849.954	3.586.884
452	Edifícios	4.779.518	697.546	4.081.972	4.161.221
453	Outras construções e infra-estruturas	63.712.331	15.457.569	48.254.762	49.017.803
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.904.036	54.216	3.849.820	3.526.474
459	Outros bens de domínio público	5.255.630	14.159	5.241.471	5.147.773
445	Imobilização em curso	41.070.348	0	41.070.348	45.701.744
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	21.000	0	21.000	21.000
		<b>122.592.817</b>	<b>16.223.490</b>	<b>106.369.328</b>	<b>111.162.898</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação	1.507.465	1.083.805	423.660	740.197
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.848.454	1.832.729	15.725	48.656
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.481.948	1.240.044	241.904	308.434
443	Imobilizações em curso	0	0	0	30.195
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
		<b>4.837.867</b>	<b>4.156.579</b>	<b>681.288</b>	<b>1.127.482</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	114.865.767	0	114.865.767	117.105.003
422	Edifícios e outras construções	395.142.502	95.769.370	299.373.133	292.019.394
423	Equipamento Básico	32.216.217	27.807.243	4.408.973	8.959.257
424	Equipamento de transporte	8.752.086	5.874.649	2.877.436	803.071
425	Ferramentas e utensílios	926.349	845.744	80.605	231.454
426	Equipamento administrativo	20.785.370	18.005.251	2.780.119	2.839.713
427	Taras e vasilhame	204.034	204.034	0	0
429	Outras imobilizações corpóreas	11.577.753	8.045.631	3.532.122	3.770.937
442	Imobilizações em curso	14.027.899	35.008	13.992.891	17.234.010
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	22.611	0	22.611	22.611
		<b>598.520.587</b>	<b>156.586.930</b>	<b>441.933.657</b>	<b>442.985.449</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
411	Partes de capital	13.052.842	775.951	12.276.891	12.381.759
412	Obrigações e títulos de participação	5.430.542	0	5.430.542	0
414	Investimentos em imóveis	0	0	0	0
415	Outras aplicações financeiras	1.394	0	1.394	0
441	Imobilizações em curso	0	0	0	0
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
		<b>18.484.778</b>	<b>775.951</b>	<b>17.708.827</b>	<b>12.381.759</b>
<b>Circulante:</b>					
<b>Existências</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.625.364	637.973	3.987.390	3.876.473
35	Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0
32	Mercadorias	33.614	0	33.614	34.753
37	Adiantamentos por conta de compras	0	0	0	0
		<b>4.658.978</b>	<b>637.973</b>	<b>4.021.005</b>	<b>3.911.227</b>
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>					
28	Empréstimos concedidos	1.434.744	878.400	556.344	556.344
211	Clientes, c/c	2.721.542	575.493	2.146.048	1.940.342
212	Contribuintes, c/c	85.733	0	85.733	75.466
213	Utentes, c/c	2.131.706	0	2.131.706	2.370.203
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	13.456.104	10.902.975	2.553.129	2.773.418
251	Devedores pela execução do orçamento	0	0	0	0
224	Cauções a fornecedores	312	0	312	0
229	Adiantamentos a fornecedores	60.369	0	60.369	42.243
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0	0	0	0
24	Estado e outros entes públicos	184.995	0	184.995	498.051
264	Administração autárquica	84.093	0	84.093	157.858
262+263+267+268	Outros devedores	1.267.397	0	1.267.397	659.927
		<b>21.426.995</b>	<b>12.356.868</b>	<b>9.070.127</b>	<b>9.073.853</b>
<b>Títulos negociáveis:</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	37.183.476	0	37.183.476	23.653.319
11	Caixa	50.453	0	50.453	177.453
		<b>37.233.928</b>	<b>0</b>	<b>37.233.928</b>	<b>23.830.772</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de proveitos	5.602.724	0	5.602.724	17.838.170
272	Custos diferidos	604.776	0	604.776	654.811
		<b>6.207.500</b>	<b>0</b>	<b>6.207.500</b>	<b>18.492.981</b>
<b>Total de amortizações</b>			<b>176.966.998</b>		
<b>Total de provisões</b>			<b>13.770.793</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>813.963.452</b>		<b>623.225.661</b>	<b>622.966.420</b>

Código das contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2014	2013
<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património	340.811.244	340.115.361
52	Ações próprias	0	0
53	Outros Inst. de CP	0	25.762
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0	0
56	Reservas de reavaliação	0	73.660
571	Reservas legais	16.861.201	15.457.064
572	Reservas estatutárias	1.297.443	0
573	Reservas contratuais	0	0
574	Reservas livres	32.206.476	30.219.557
575	Subsídios	0	0
576	Doações	2.990.256	2.629.913
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	55.888.771	54.947.429
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação act.	0	0
58	Outras variações nos fundos próprios (diferença de consolidação)	0	0
59	Resultados transitados	42.587.137	25.208.792
88	Resultado líquido do exercício	9.394.774	25.898.969
	Interesses Minoritários	9.642.298	15.282.035
		<b>511.679.600</b>	<b>509.858.543</b>
<b>Passivo</b>			
292	Provisões para riscos e encargos	6.255.694	3.190.740
		<b>6.255.694</b>	<b>3.190.740</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>			
2312	Empréstimos de m/l prazo	26.463.057	29.823.534
221	Fornecedores, c/c	52.726	0
2611	Fornecedores de imobilizado	18.097.361	22.795.547
262+263+267+268	Outros credores	8.140.939	4.357.736
		<b>52.754.082</b>	<b>56.976.816</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
2311	Empréstimos de curto prazo	4.923.379	5.242.898
269	Adiantamentos por conta de vendas	0	0
221	Fornecedores, c/c	5.352.200	2.964.314
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantias	14.720	0
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.961.868	4.918.455
252	Credores pela execução do orçamento	0	0
217	Clientes com cauções, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	233.280	0
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	690.964	871.896
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	6.755.501	10.134.818
24	Estado e outros entes públicos	1.322.287	1.565.669
264	Administração autárquica	2.397.957	2.644.995
262+263+267+268	Outros credores	4.531.398	2.425.445
2612	Fornecedores de imobilizado leasing	0	0
2618	Fat em receção e conferência - Imob	309.753	0
2614	Credores de factoring	13.794	0
		<b>28.507.101</b>	<b>30.768.490</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de custos	19.608.666	16.076.335
274	Proveitos diferidos	4.420.518	6.095.495
	<b>Total do passivo</b>	<b>111.546.061</b>	<b>113.107.876</b>
	<b>Total dos fundos próprios interesses minoritários e do passivo</b>	<b>623.225.661</b>	<b>622.966.420</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de ..... de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de ..... de

.....

## V. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Código de contas POCAL	Designação	2014	2013
<b>Custos e perdas</b>			
<b>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>			
61	Mercadorias	6.397.408	6.582.893
612	Matérias	1.515.771	1.570.494
616	Fornecimentos e serviços externos	39.930.490	47.500.614
<b>Custos com o pessoal:</b>			
62	Remunerações	33.113.547	35.149.141
641+642	Encargos sociais	9.247.470	8.525.367
643 a 648	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	9.656.909	6.220.860
63	Amortizações do exercício	11.853.426	12.400.089
66	Provisões do exercício	18.772.382	3.397.552
67	Outros custos e perdas operacionais	282.067	700.859
	<b>(A)</b>	<b>130.769.470</b>	<b>122.047.869</b>
68	Custos e perdas financeiros	3.370.553	3.889.801
	<b>(C)</b>	<b>134.140.022</b>	<b>125.937.670</b>
69	Custos e perdas extraordinários	4.349.038	5.998.553
	<b>(E)</b>	<b>138.489.060</b>	<b>131.936.223</b>
88	Resultado líquido do exercício	2.072.306	24.240.993
<b>Proveitos e ganhos</b>			
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>			
7111	Vendas de mercadorias	189.475	201.820
7112+7113	Vendas de produtos	9.797.004	10.643.756
712	Prestações de serviços	28.882.282	27.167.897
713+716	Rendas de habitação social	5.740.346	5.460.239
72	Impostos e taxas	66.944.577	83.815.205
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	51.204	77.875
73	Proveitos suplementares	298.620	434.772
74	Transferências e subsídios obtidos	18.660.329	20.012.833
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	82.543	73.602
	<b>(B)</b>	<b>130.646.380</b>	<b>147.887.998</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.334.024	3.049.082
	<b>(D)</b>	<b>131.980.405</b>	<b>150.937.080</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.580.962	5.240.136
	<b>(F)</b>	<b>140.561.367</b>	<b>156.177.216</b>

<b>Resumo:</b>	<b>2.014</b>	<b>2.013</b>
Resultados operacionais: (B) - (A)	-123.089	25.840.129
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	-2.036.528	-840.719
Resultados correntes: (D) - (C)	-2.159.617	24.999.410
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	2.072.306	24.240.993
Resultado atribuível ao Município	9.394.774	25.898.969
Resultado atribuível a Interesses minoritários	-7.322.468	-1.657.977

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de ..... de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de ..... de

.....

## VI. ANALISE PATRIMONIAL

### a. Análise do Balanço

O Balanço Consolidado, intenta retratar a estrutura económica e financeira, e patrimonial do Grupo autárquico, com referência à data de encerramento de um exercício.

Através do balanço, é possível visualizar, da perspetiva económica<sup>2</sup>, o Ativo do Grupo, que se constitui pelos bens e direitos que representam a aplicação dos fundos, sendo que a sua estrutura se fragmenta em Imobilizado e Circulante, e por outro lado, da perspetiva financeira<sup>3</sup>, o seu Passivo e o Capital Próprio, que representam a origem dos fundos.

O balanço consolidado, quando comparado com o Balanço do Município de Oeiras, permite constatar o forte peso da entidade consolidante, que representa do 86% total apurado para o grupo autárquico.

Analisando a estrutura do Ativo, é possível verificar que o peso relativo do Imobilizado é de 90,93%, em tudo similar ao peso do mesmo agregado, quando analisando as contas individuais da entidade consolidante, mais uma vez se constata a posição preponderante que o Município assume sendo responsável por 88% do valor do Imobilizado consolidado. No que respeita ao Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado revela um peso de 8,07%, a posição do Município apresenta um peso substancialmente menor, nomeadamente 61%.

No que concerne à estrutura do Passivo, podemos afirmar que a dívida de maior expressão é a de Medio e Longo Prazo, pese embora se tenha verificado uma redução considerável face a 2013. Ressalva-se que se inclui neste agregado a contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal, que representa 9% do total.

Há que ter de igual em consideração, que a dívida relativa a empréstimos que será paga durante o ano 2015 (amortizações de capital), encontra-se evidenciada na rubrica de Dívidas a Terceiros a curto prazo, e representa 4.252.227 €.

A estrutura dos Fundos Próprios consolidados, evidencia no final do exercício 511.679.600 €, com especial destaque para a conta de Património, que demonstra um peso de 54,69%, no referido agregado.

---

<sup>2</sup> Perspetiva económica – Representa o património líquido

<sup>3</sup> Perspetiva financeira – Representa a variação de caixa

Assinala-se o contributo positivo do Resultado Líquido do Exercício, pese embora se tenha verificado um decréscimo face a 2013, fundamentado pelo aumento das provisões para processos judiciais em curso, registando um acentuado aumento, que por aplicação do princípio da prudência foi alargado a todos processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo; pelo aumento das provisões para participação nos resultados, com especial destaque para o LEMO e AMTRES; o aumento da provisão para cobranças duvidosas, para fazer face ao risco de incumprimento, inerente ao empréstimo concedido ao LEMO., e ainda a criação da provisão para investimentos financeiros, em consequência da dissolução das empresas municipais, LEMO, OEIRAS PRIMUS e OEIRAS EXPO.

O Resultado Líquido do Exercício apresentado no balanço consolidado apresenta um valor de 9.394.774€, o qual compreende os resultados líquidos de todas as empresas do grupo autárquico, acrescido das provisões da Camara Municipal de Oeiras para resultados líquidos negativos, e ainda o resultado líquido atribuível a interesses minoritários.

### b. Análise da Demonstração de Resultados

Através da Demonstração de Resultados é possível avaliar o grau de eficiência económica alcançado, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo autárquico detém para gerar fluxos de caixa.

Ora, da análise à estrutura dos Custos e Perdas, é possível numa primeira instância constatar que são os Custos com Pessoal (Remunerações e Encargos Sociais), bem como os Fornecimentos e Serviços Externos, os que mais contribuem para o total dos custos, representando 59% de valor.

Há que destacar, ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos o enorme esforço de contenção, quer através da renegociação de contratos, quer da readaptação de serviços, que se traduziu numa redução de 16% face ao ano anterior.

Ao nível dos Proveitos, podemos salientar que a rubrica de Impostos e Taxas é que detém maior peso do total dos Proveitos do grupo autárquico, com 48%. Deve-se, contudo, observar a forte queda deste agregado entre 2013 e 2014. Realça-se que o valor dos impostos caiu 16.870.628€, fruto do decréscimo da maioria dos impostos cuja receita reverte em benefício do Município. A Derrama é o imposto que mais impacto tem nesta diminuição, com uma quebra de 11.209.050 €, valor justificado pelas correções efetuadas pela Administração Tributária. Se estas quebras não se tivessem verificado, seria possível obter Resultados Operacionais positivos.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, registaram, em contrapartida, um acréscimo de 3.340.826€, decorrente, essencialmente de regularizações positivas no âmbito do inventário aos armazéns, do ressarcimento ao Município, pela AMTRES, do valor pago em 2011, a título de processo contencioso fiscal em sede de IVA, e recebimentos de Juros de mora.

### c. Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento está diretamente correlacionado com dois fatores estruturantes, por um lado o volume de receitas arrecadadas e por contrapartida a pretensão dos investimentos a realizar.

O recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo autárquico. Não obstante, o limite total da Dívida municipal é nos dias de hoje, fortemente controlado. Atendendo ao estipulado pelo art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o limite da dívida total com operações orçamentais do município, incluindo as das entidades do Setor empresarial local, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios.

Em face destes factos, o município de Oeiras tem vindo a cumprir escrupulosamente os limites impostos legalmente e pese embora os empréstimos de médio e longo prazo deterem um peso de 50% do total da dívida a terceiros de médio e longo prazo, registaram um decréscimo de 11% face ao período transato.

O disposto no n.º 8 do art.º 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), determina a exclusão do Fundo de Apoio Municipal (FAM) para o apuramento da Dívida Total, contudo é de destacar o peso que o mesmo tem no total da Dívida a Terceiros do Município, designadamente 7%. Caso este montante não existisse, a redução do valor da Dívida a Terceiros, rondaria os 11.000.000€, face a 2013.

## d. Indicadores de natureza patrimonial

Indicadores	2014	2013
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo Fixo / Ativo Total	90,93%	91,12%
Ativo Circulante / Ativo Total	9,07%	8,88%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	47,29%	50,37%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	25,56%	27,20%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	185,06%	185,18%
<b>Rácios de Liquidez</b>		
Liquidez Geral	176,54%	119,65%
Liquidez Reduzida	162,43%	106,94%
Prazo Segurança Liquidez	129	98
<b>Análise Ativo Fixo</b>		
Ativo Fixo / Endividamento MLP	10,62	9,96
Amortizações Acumuladas/Imobilizado Bruto	24,38%	22,71%
<b>Análise Passivo Exigível</b>		
Coefficiente de Endividamento a Curto Prazo	8,36%	9,05%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	15,48%	16,75%
<b>Índice Solvência</b>		
Dívidas a Terceiros/ Ativo Total	13,04%	14,09%

Atendendo aos rácios da estrutura do ativo, é possível constatar que o peso do ativo circulante, no total do ativo mantém-se pouco expressivo, representando apenas cerca de 9%. Já o ativo fixo representa cerca de 90 % do ativo total do grupo autárquico.

Analisando a estrutura do passivo, verifica-se que o passivo de longo prazo reduziu face a 2013, em simbiose com a dívida a terceiros de curto prazo que apresentou um decréscimo do rácio de 2% face ao mesmo período em análise. Esta redução justifica-se pelo cumprimento da sentença judicial da OEIRAS PRIMUS, na componente de investimento.

Esta variação poderá também ser constatada pelos rácios referentes à análise do passivo exigível, onde se verifica a redução em ambas as vertentes, quer de curto prazo quer de medio e longo prazo, face ao ano anterior, justificado pelo pouco recurso a novos empréstimos, favorecendo esta tendência decrescente.

O Ativo Fixo, constitui, de uma forma geral, o investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que entretanto possam ter ocorrido. A relação do ativo fixo com o endividamento a medio

longo prazo, permite-nos aferir o peso do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a medio longo prazo, o que traduz, de certa forma, a garantia em bens, aos seus fornecedores. Desta forma, analisando o rácio apurado verifica-se o ativo fixo supera o endividamento de medio e longo prazo em cerca de 10 vezes, tendo inclusivamente registado um ligeiro aumento face ao ano de 2013. Ressalva-se no entanto, que este indicador deverá ser observado como meramente indicativo, uma vez que 19% do imobilizado avaliado do grupo autárquico, são bens de domínio público.

O coeficiente de envelhecimento do imobilizado, regista-se pela relação entre as amortizações acumuladas e o imobilizado bruto, e nesta senda, se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto verifica-se a tendência de envelhecimento do imobilizado. Em 2014, verificou-se, como seria de esperar, um ligeiro aumento deste indicador face ao ano de 2013, designadamente 1,67%.

Relativamente aos rácios de liquidez importa referir que, em termos práticos o índice de liquidez geral, que traduz a relação entre o ativo circulante e as dívidas a terceiros de curto prazo, apresenta, numa primeira abordagem um aumento de 57% face a 2013, motivado por um lado pela redução do valor das dívidas a terceiros, e por outro pelo aumento da componente Disponibilidades, nomeadamente Depósitos em instituições financeiras.

Verificando este mesmo indicador de uma perspetiva mais lata, podemos afirmar que o ativo circulante supera a dívida de curto prazo em cerca de 43%.

Já no que se refere, ao índice de liquidez reduzida, que relaciona por sua vez, as disponibilidades e a dívida a terceiros de curto prazo, salienta-se que este ano o valor das primeiras supera as últimas em 8.726.827 €, tendo-se verificado precisamente o aposto no ano transato, em que a dívida a terceiros de curto prazo superava o valor das disponibilidades em 6.937.718€.

O indicador Prazo de segurança de liquidez, permite medir quanto tempo o grupo autárquico pode estar a pagar as despesas operacionais, na hipótese de não encaixar quaisquer fluxos operacionais de novos proveitos. Da ótica dos *Stakeholders Externos*, quanto maior for o valor deste rácio, maior segurança em geral. Posto isto, o grupo autárquico aumentou o valor do rácio em 30 dias, relativamente à gerência anterior.

Finalmente, pela análise efetuada ao índice de solvência, é possível comprovar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo autárquico, tendo-se regenerado face ao ano transato, ou seja o peso das dívidas a terceiros no ativo total é inferior face a 2013.



Adicionalmente, haverá ainda que fazer referência à capacidade que o grupo autárquico tem, como um todo, de solver as suas obrigações num horizonte de medio e longo prazo, o qual traduz a capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas dentro dos prazos estabelecidos. Um valor baixo nos indicadores de solvabilidade é sinónimo de fragilidade económico-financeira.

	2014	2013
Fundos Próprios / Passivo	458,72%	450,77%
Ativo líquido/ Passivo	558,72%	550,77%
Ativo líquido (excluindo bens de domínio público)/ Passivo	463,36%	452,49%

Assim, em face dos valores anteriormente apresentados, podemos afirmar que a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios do grupo autárquico, apresentam um ligeiro aumento face ao ano anterior, sendo evidente a situação líquida positiva do mesmo, apresentando valores bastante confortáveis para todos os indicadores.

## E. Eventos subsequentes à data do balanço

Importa referir que a aprovação da dissolução da empresa SATU, já foi aprovada pela Câmara, pela Assembleia Municipal assim como em Assembleia Geral do SATU, pelo que, no decurso de 2015, serão efetuados os devidos ajustamentos contabilísticos relativamente à participação do Município de Oeiras no capital social da mesma.

## II. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Ano 2014

Entidade: Grupo autárquico do Município de Oeiras

Unidade Medida: Euro

	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Município	SATU	Recebimentos e Pagamentos Relacionados	Total
Saldo da gerência anterior	15.762.748	5.536.800	63.171	2.309.857	9.332	13.577	64.093		23.759.579
Recebimentos	127.292.404	35.755.515	3.242.377	511.273	1.875.302	4.298.557	1.522.683	5.848.683	168.649.428
Pagamentos	117.915.198	32.104.111	3.146.101	133.166	1.874.266	4.299.259	1.551.661	-5.848.683	155.175.079
Saldo para a gerência seguinte	25.139.954	9.188.205	159.446	2.687.964	10.368	12.875	35.115		37.233.928
<b>Fluxo líquido do ano</b>		3.651.405	96.276	378.107	1.036	-702	-28.978	0	13.474.350

### III. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Município de Oeiras apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, relativas ao exercício de 2014, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico, foram realizadas em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 junho, através da qual é aprovada a orientação n.º1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem ser tidos em consideração aquando da elaboração da consolidação de contas.

#### 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

Do cumprimento do disposto no art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

Nome	Sede	% Part.	Capital Próprio	Responsáveis	Sistema de Contabilidade aplicável	N. Trab.
Município de Oeiras	Largo Marques de Pombal 2784-501 oeiras			Presidente: Paulo Cesar Vistas Vice- Presidente: Carlos Morgado Vereadores: Ricardo Barros, madalena Castro, Marlene Rodrigues; Alexandre Luz; Eduarda Godinho; Angelo Pereira; Marcos Rodrigues; Alexandra Moura e daniel Branco	POCAL	1750
SIMAS – Serviços Intermunicipalizados de Águas e saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moinho das Antas 2784-541 oeiras	50%	146.477.069,42	Presidente: Carla Maria Tavares Vogal: Paulo Cesar Vistas Vogal: José Agostinho Marques	POCAL	370
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Socioculturais e Desportivos, E.E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 OEIRAS	100%	658.352,95	Presidente: Rafael Luis Salgueiro Vogal: José Manuel Pereira Vogal: Susana Correia Santos	SNC	70
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras, E.E.M.	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	100%	3.274.938,00	Presidente: José Ferreira de Matos Vogal: Rui Marques Soeiro Vogal: José Ataíde Campos	SNC	33
HABITÁGUA - Serviços Domiciliários, Lda.	Estrada de Paço de Arcos (Edifício Lemo) 2770-130 Paço de Arcos	100%	298.632,93	Presidente: Luis Manuel Lopes Vogal: Maria Lucia Martins de Paula	SNC	41
SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	Lagoas Park - Edifício 1 2740-264 PORTO SALVO	51%	-12.975.639,92	Presidente: Miguel Ferreira da Costa Vogal: Maria de Lurdes Vaz Vogal: Vasco Macieira Durão	SNC	4
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	57%	3.317.510,82	Presidente: Fernando Nascimento Trigo Administrador: João Costa Lopes Administrador: João Brito da Silva	SNC	55

**2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através das reclassificações e ajustamentos que se mostraram como necessários, os documentos de prestação de contas das entidades, uma vez que na maioria dos casos, são concebidos em Sistema de Normalização Contabilística.

Entende-se que a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, de acordo com a portaria 474/2010 de 15 de junho, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Assim, nesta conformidade, atento o perímetro de consolidação definido, as demonstrações financeiras apresentam uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades pertencentes ao grupo autárquico.

Alerta-se para o facto de não terem sido consideradas em 2014, as empresas, LEMO - Laboratório de Ensaios de Matérias de Obras, EIM e a Oeingerge - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, uma vez que se encontram em processo de dissolução com liquidação. Relativamente ao LEMO, foi efetuada a devida correção ao saldo inicial dos Fluxos de Caixa Consolidado.

**3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação**

Foram efetuados movimentos extra contabilísticos, quer a débito quer a crédito, tendo em vista correções ao nível da eliminação, da participação financeira, de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas entidades.

**4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo**

Ano 2014  
Unidade: Euro

Entidade: Grupo autárquico do Município de Oeiras

Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)							Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado	
		CMO	SIMAS	OV	PT	HT	Municipia	SATU			TOTAL
2312	Empréstimos de longo prazo	24.653.021	-	-	-	-	-	1.810.035	26.463.057	-	26.463.057
221	Fornecedores c/c M/L prazo					52.726			52.726		52.726
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	17.656.659	-	-	-		440.702	-	18.097.361	-	18.097.361
262+263+267+268	Outros credores	8.140.939	-	-	-	-	-	-	8.140.939	-	8.140.939
<b>TOTAL</b>		<b>50.450.619</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.726</b>	<b>440.702</b>	<b>1.810.035</b>	<b>44.613.143</b>		<b>52.754.082</b>

**DIVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO QUE SE VENCEM NOS 4 ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO**

	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Município	SATU	TOTAL
Empréstimos de m/l prazo	8.141.670	-	-	-	-	-	1.810.035	9.951.706
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	13.242.501	-	-	-	-	440.702	-	13.683.203
fornecedores c/c m/l	-	-	-	-	52.726	-	-	52.726
Outros Credores m/l prazo	4.942.017	-	-	-	-	-	-	4.942.017
Empréstimos de curto prazo	2.876.079	-	600.000	71.152	93.000	451.915	831.233	4.923.379
Fornecedores, c/c	3.757.604	688.073	186.092	76.410	106.607	343.509	208.625	5.366.920
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.903.317	52.083	-	6.468	-	-	-	1.961.868
Clientes com caucões	233.280	-	-	-	-	-	-	233.280
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	690.964	-	-	-	-	-	690.964
Fornecedores de imobilizado, c/c	6.538.452	492.617	-	34.185	-	-	-	7.065.254
Credores factoring	13.794	-	-	-	-	-	-	13.794
Estado e outros entes públicos	378.013	598.963	69.092	80.018	114.248	77.372	4.581	1.322.287
Administração autárquica	20.028	2.377.928	-	-	-	-	-	2.397.957
Outros credores	4.530.345	-11.400	6.833	4.754	866	-	-	4.531.398
<b>TOTAL</b>	<b>46.577.101</b>	<b>4.889.230</b>	<b>862.017</b>	<b>272.986</b>	<b>367.448</b>	<b>1.313.498</b>	<b>2.854.474</b>	<b>57.136.754</b>

### **5. Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros**

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico. Faz a articulação entre os pagamentos e os recebimentos, por forma a evidenciar o seu equilíbrio.

<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>23.830.772 €</b>
<b>Alteração perímetro 01/01/2014 exclusão do LEMO</b>	<b>- 71.193 €</b>
<b>Novo saldo da gerência anterior</b>	<b>23.759.579 €</b>
Recebimentos	168.649.428 €
Pagamentos	155.175.079 €
Saldo para a gerência seguinte	37.233.928 €
<b>Fluxo líquido do ano</b>	<b>13.474.350 €</b>

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo, durante o ano de 2014, verifica-se no quadro anteriormente apresentado, e do qual se constata que as entradas de fundos correspondem a 168.649.428€, ao passo que a despesa global se situa nos 155.175.079 €, valor inferior à receita em cerca de 13.474.350 €.

Existindo então um saldo inicial de 23.830.772€, assumindo ainda a alteração ao perímetro da consolidação relativamente à gerência do ano de 2013, tendo-se excluído o LEMO, por se encontrar em situação de dissolução com liquidação, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 37.233.928€.

### **6. Informações relativas a compromissos**

Os compromissos assumidos pelo Município de Oeiras para exercícios futuros, relativos à entidade consolidante figuram todos no balanço consolidado.

### **7. Informações relativas a políticas contabilísticas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios valorimétricos constantes do Ponto 4. Do POCAL.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação converteram os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao Grupo autárquico de forma a garantir a homogeneização da informação.

#### **a. Imobilizações**

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e os bens de domínio público, do grupo autárquico, foram registados pelo custo de aquisição ou de produção.

Relativamente ao imobilizado em curso, encontra-se valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

O Município de Oeiras, apura as amortizações segundo o método das quotas constantes, com referência ao ano em que os bens são postos em utilização, praticando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, conforme o disposto no POCAL.

### ***b. Investimentos financeiros***

Os Investimentos Financeiros, usualmente designado de partes de capital, foram registados contabilisticamente pelo custo de aquisição.

### ***c. Existências***

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

### ***d. Dívidas de e a terceiros***

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### ***e. Provisões***

As provisões consolidadas registam-se pelas regras geralmente adotadas no POCAL, e são calculadas com base no princípio da prudência.

O valor das provisões do grupo autárquico, para o ano de 2014 é de 19.388.513€, constata-se um acréscimo de 5.783.729 €.

	2014	2013
Total Provisões	19.388.513 €	13.604.785 €

### ***f. Disponibilidades***

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.



**8. Informações diversas**

**a. Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»**

Não aplicável

**b. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões**

A 31 de dezembro de 2014, as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

## ATIVO BRUTO

Designação	31-12-2013	Alteração de perímetro	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2014
<b>Bens de Domínio Público</b>						
451 - Terrenos e Recursos Naturais	3.586.884				263.070	3.849.954
452 - Edifícios	4.779.518					4.779.518
453 - Outras Construções e Infraestruturas	61.369.065		-3.479		2.346.745	63.712.331
455 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	3.572.490		321.806		9.740	3.904.036
459 - Outros bens do domínio publico	5.160.752		30.524		64.354	5.255.630
445 - Imobilizado em curso	45.701.744		7.778.986		-12.410.382	41.070.348
446 - Adiantamentos por conta de bens de domínio público	21.000					21.000
<b>Sub-Total</b>	<b>124.191.453</b>	<b>0</b>	<b>8.127.837</b>	<b>0</b>	<b>-9.726.473</b>	<b>122.592.817</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>						
431 - Despesas de Instalação	1.507.465		12.273		-12.273	1.507.465
432 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.851.772				-3.318	1.848.454
433 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.412.863		184.832		-115.746	1.481.948
434 - Imobilizado em Curso	30.195				-30.195	0
<b>Sub-Total</b>	<b>4.802.294</b>	<b>0</b>	<b>197.104</b>	<b>0</b>	<b>-161.532</b>	<b>4.837.867</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
421 - Terrenos e recursos naturais	117.105.003		455.222		-2.694.457	114.865.767
422 - Edifícios e Outras Construções	372.190.897	-30.640	2.883.028		20.099.217	395.142.502
423 - Equipamento básico	32.108.348	-480.486	2.745.693	3.181	-2.154.158	32.216.217
424 - Equipamento de transporte	6.606.746	-126.194	404.244	2.610	1.869.900	8.752.086
425 - Ferramentas e utensílios	1.038.739	-2.390	21.798		-131.800	926.349
426 - Equipamento administrativo	20.531.428	-90.434	247.322	8.232	105.285	20.785.370
427 - Taras e vasilhames	204.034					204.034
429 - Outras Imobilizações corpóreas	11.555.707	-333.907	203.292		152.662	11.577.753
442 - Imobilizado em curso	17.234.010		10.132.794		-13.338.905	14.027.899
448 - Adiantamentos por conta de imobil.corpóreas	22.611					22.611
<b>Sub-Total</b>	<b>578.597.524</b>	<b>-1.064.051</b>	<b>17.093.393</b>	<b>14.023</b>	<b>3.907.745</b>	<b>598.520.587</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
4111- Associações de municípios	5.062.035					5.062.035
4112- Empresas Municipais e Intermunicipais		699.201				699.201
4113- Empresas privadas ou cooperativas	6.385.974	684.740		1.079.107		5.991.607
4114- Outras Entidades	1.300.000					1.300.000
4122- Fundo de Apoio Municipal - FAM			5.430.542			5.430.542
4151- Outras aplicações financeiras			1.394			1.394
<b>Sub-Total</b>	<b>12.748.009</b>	<b>1.383.941</b>	<b>5.431.936</b>	<b>1.079.107</b>	<b>0</b>	<b>18.484.779</b>
<b>Total Geral</b>	<b>720.339.280</b>	<b>319.890</b>	<b>30.850.270</b>	<b>1.093.130</b>	<b>-5.980.260</b>	<b>744.436.050</b>

## AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Designação	31-12-2013	Alteração do Perímetro	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2014
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>						
4831 - Despesas de Instalação	767.268		316.537			1.083.805
4832 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.803.116		32.476		-2.862	1.832.729
4833 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.104.429		131.375		4.241	1.240.044
	3.674.812	0	480.388	0	1.378	4.156.579
<b>De Bens de Domínio Público</b>						
4852 - Edifícios	618.297		79.249			697.546
4853 - Outras Construções e Infraestruturas	12.351.263		3.040.121		66.185	15.457.569
4855 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	46.016		5.700		2.499	54.216
4859 - Outros bens do domínio público	12.979		1.180			14.159
	13.028.555	0	3.126.250	0	68.685	16.223.490
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>						
4821 - Terrenos e recursos naturais						0
4822 - Edifícios e Outras Construções	80.171.503	-9.688	5.421.211		10.186.344	95.769.370
4823 - Equipamento básico	23.149.091	-299.590	1.531.604	2.834	3.428.971	27.807.243
4824 - Equipamento de transporte	5.803.675	-67.831	238.182	2.610	-96.767	5.874.649
4825 - Ferramentas e utensílios	807.286	-714	39.321		-149	845.744
4826 - Equipamento administrativo	17.691.715	-80.878	466.011	7.788	-63.808	18.005.251
4827 - Taras e vasilhame	204.034		0			204.034
4829 - Outras Imobilizações corpóreas	7.784.770	-294.943	530.793		25.011	8.045.631
442 - Imobilizado em curso			35.008			35.008
	135.612.075	-753.645	8.262.130	13.231	13.479.601	156.586.930
<b>De Investimentos Financeiros</b>						
491 - Partes de capital	366.250		772.701	363.000	0	775.951
	366.250	0	772.701	363.000	0	775.951
<b>Total das amortizações e Provisões</b>	152.681.692	-753.645	12.641.469	376.231	13.549.664	177.742.949

- c. *Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período***

Não aplicável

- d. *Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram***

Não aplicável

- e. *Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado***

Não aplicável

- f. *Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado***

Não aplicável

- g. *Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor***

Não aplicável

- h. *Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão***

O grupo autárquico em 31 de dezembro de 2014, detém as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade	Garantias bancárias	Outras	Total
CMO	542.040	-	542.040
SIMAS	61.023	-	61.023
Oeiras Viva	254.416	-	254.416
Parques Tejo	-	-	-
Habitágua	3.496	-	3.496
Município	-	-	-
SATU	-	-	-
<b>Total</b>	<b>860.975</b>	<b>-</b>	<b>860.975</b>

- i. Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável*

Não aplicável

- j. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades*

Rubricas	Mercado interno 2014	Mercado externo 2014	Total 2014	Mercado Interno 2013	Mercado Interno 2012
Vendas de mercadorias	189.475	-	189.475	201.819	213.918
Vendas de produtos	9.797.004	-	9.797.004	10.643.756	23.138.429
Prestações de serviços	28.617.605	264.677	28.882.282	27.167.897	42.466.097
<b>Total</b>	<b>38.604.084</b>	<b>264.677</b>	<b>38.868.761</b>	<b>38.013.472</b>	<b>65.818.444</b>

- k. Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais, quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação*

Não aplicável

- l. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a*

*pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros*

Não aplicável

*m. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial*

Designação	Município de Oeiras	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Municíпия	SATU	2014
Órgãos autárquicos	297.185	-	-	-	-	-	-	297.185
Órgãos sociais	-	-	52.645	33.849	32.141	46.855	44.915	210.406
Órgãos de fiscalização	23.100	10.163	6.829	7.851	-	5.268	4.065	57.276
<b>Total</b>	<b>320.285</b>	<b>10.163</b>	<b>59.475</b>	<b>41.700</b>	<b>32.141</b>	<b>52.124</b>	<b>48.980</b>	<b>564.868</b>

*n. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação*

Não aplicável

*o. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações*

Não aplicável

*p. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior*

Atendendo à alteração do perímetro, decorrente da exclusão do LEMO, toda a informação constante das Demonstrações Financeiras foi devidamente ajustada à circunstância em apreço.

## q. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros Suportados	3.263.895	3.069.361	781	Juros obtidos	439.126	754.139
682	Perdas em entidades Participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de imóveis	808.792	779.582
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	86.857	1.515.239
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis			785	Diferenças de câmbios favoráveis	1	16
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos	23	82
688	Outros custos e perdas financeiros	106.658	820.439	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	39	24
	Resultados financeiros	-2.036.528	-840.719	789	Reembolsos Interface	-813	
		1.334.024	3.049.082			1.334.024	3.049.082

*r. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários*

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	1.299.331	1.793.428	791	Restituições de impostos	4.520	
692	Dívidas incobráveis	13.443	38.594	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	1.203.271	1.007.226	793	Ganhos em existências	2.017.018	1.118.534
694	Perdas em imobilizações	1.430.395	869.615	794	Ganhos em imobilizações	226.119	-406.730
695	Multas e penalidades	5.305	3.061	795	Benefícios de penalidades contratuais	730.330	375.101
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	1.843.743	1.406.496
697	Correções relativas a exercícios anteriores	188.091	550.284	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.551.602	1.956.862
698	Outros custos e perdas extraordinários	209.202	1.736.345	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.210.279	789.873
	Resultados extraordinários	4.231.924	-758.417	799	Reembolsos Interface	-2.650	
		8.580.962	5.240.136			8.580.962	5.240.136



**s. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício**

Designação	Detalhe das provisões para riscos e encargos consolidado					Saldo Final
	31-12-2013	Regularizações	Aumento	Redução	Utilizações	
291- Provisões para cobranças duvidosas	10.047.794	864.374	2.027.005	511.975	70.330	12.356.868
292- Provisões para riscos e encargos	3.190.740		4.360.933	1.295.980		6.255.694
2921-Processos judiciais em curso	3.159.249	-	2.145.631	207.567	-	5.097.313
2924-Participações nos resultados	-	-	933.431		-	933.431
2928-Outros riscos e encargos	-	-	12.712	-	-	12.712
2929- Utentes	31.491	-	180.746	-	-	212.238
49-Provisão para Investimentos Financeiros	366.250	-	772.701	363.000	-	775.951
<b>Total</b>	<b>13.604.784</b>	<b>864.374</b>	<b>7.160.639</b>	<b>2.170.954</b>	<b>70.330</b>	<b>19.388.513</b>

Relativamente às contas de provisões importa salientar o seguinte:

- Os valores registados na rubrica de provisões para cobranças duvidosas, são utilizadas para fazer face ao risco de incumprimento por parte de devedores, destaca-se a constituição da provisão inerente ao empréstimo concedido ao LEMO, uma vez que a recuperação da referida empresa participada não se encontra assegurada face à deliberação de liquidação, para a Habitação relativo a Fee's de gestão, para além dos valores associados a Rendas de Habitação Social, Resíduos Sólidos entre outros.
- O critério de apuramento das provisões para processos judiciais em curso, foi alterado face a anos transatos, tendo sido incluído os valores relativos a todos os processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo, promovendo um aumento de 2.145.631 €.
- O aumento da Provisão para Participação nos resultados, resulta essencialmente das provisões para cobertura de prejuízos do LEMO e AMTRES.
- Por aplicação do princípio da prudência foi considerado o valor de 12.712 € para a eventual indemnização a pagar aos trabalhadores da OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, por extinção do posto de trabalho, no caso de não ficarem integrados num posto de trabalho na sequência dos processos de recrutamento.
- Foi reduzida a provisão do ISQ – Centro de Incubação de Empresas, no montante de 363.000€, resultante da redução do capital próprio da empresa para a cobertura de prejuízos, mantendo-se

provisionado 3.250,00 € decorrente da intenção de alienação da participação do Município de Oeiras pelo montante de 5.000,00 €. Para além da referida redução, a conta 49 – provisão para investimentos financeiros, foi creditada em 772.701 €, em consequência da dissolução das empresas Municipais, LEMO, OEIRAS PRIMUS e OEIRAS EXPO, sendo o montante da provisão o correspondente à participação do Município de Oeiras no capital social das mesmas.

***t. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos***

<b>Encargos com os Contratos de Leasing + ALD</b>		
	<b>Amortização</b>	<b>Juros + Outros encargos</b>
Durante o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014		
Locação Financeira / Material de Transporte (Leasing) (MO)	11.652	13
Aquisição da Fração 10.º C para Escritório (PT)	13.101	945
Aquisição de máquina digital DMC (Leasing) (Municipia)	85.809	9.575
<b>Total</b>		<b>121.095</b>

***u. Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.***

Não aplicável